

POLÍTICA

Elas lotaram as prateleiras de duas
amplas salas do Congresso: são 122 propostas de emendas,
apoiadas por quase 13 milhões de assinaturas.

Propostas populares: diretas, monarquia, aborto...

O País vai ter eleições diretas em 88, mas um plebiscito poderá reinstaurar a monarquia em 93, mais cinco Estados serão criados e chegaremos ao voto proporcional, enquanto a reforma agrária será radical, haverá um Conselho de Comunicações e a censura continuará sendo feita pela Polícia Federal. O divórcio acaba e as empregadas domésticas terão folgas aos sábados, domingos e feriados com jornada de 40 horas de trabalho semanais e férias de 30 dias pagas em dobro, com as donas-de-casa tendo direito à aposentadoria, além da legalização da mediunidade. Teremos aborto e as crianças serão felizes.

Tudo isto poderá acontecer no Brasil se a Constituinte aprovar as 122 emendas populares apresentadas até a meia-noite da última quinta-feira, com quase 13 milhões de assinaturas. Está tudo guardado em duas amplas salas do Congresso: as pastas se estendem por mais de 160 metros de comprimento pelas prateleiras. As emendas pedindo a manutenção do Sesi, Senai, Sesc, Senac, foram as campeãs com 1.617.757 assinaturas.

Das 122 emendas apresentadas, 38 não tiveram o número mínimo de 30 mil assinaturas, mas isto não é problema porque alguns deputados subscreveram as propostas que não alcançaram a totalidade do apoio popular exigido. E na coordenadoria de emendas populares não houve também possibilidade de fiscalizar nomes, assinaturas e números dos títulos eleitorais, "mas fizemos checagem rápida e confiamos nas entidades que apresentaram as listas", diz a encarregada do serviço, Maria Júlia Rabelo de Moura.

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização, decidirá hoje quais sessões da Constituinte serão reservadas à defesa das emendas populares. Mas o relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), já garantiu que todas as 122 serão encaminhadas para a discussão do plenário, o que deverá atrasar ainda mais o trabalho dos constituintes.

Reforma agrária

Foram apresentadas cinco emendas populares pedindo a desapropriação de qualquer terra que não esteja produzindo, ficando a propriedade limitada a 50 módulos fiscais. Já a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e outras entidades de produtores com 43.275 assinaturas pedem garantia aos proprietários rurais, indenização justa e prévia por desapropriações e o adiamento por um ano da questão, "para um estudo desapassionado".

Trabalhadores

As centrais sindicais em cinco emendas querem estabilidade depois de 90 dias, jornada de trabalho de 40 horas, 120 dias de licença pós-parto e férias com pagamento em dobro. A Federação de Indústrias do Rio Grande do Sul reagiu e em emenda de 32.425 assinaturas, pede que fique assegurado aos empregados o direito de demissão. As mulheres entram na questão pedindo aposentadoria aos 25 anos de serviço, creches, e outras vantagens. Para os trabalhadores rurais é suficiente a aposentadoria aos 60 anos para os homens e 55 para as mulheres.



Ulysses: encontros informais.

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, conversará informalmente hoje com o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, e sua equipe de relatores-adjuntos, para tomar conhecimento do andamento do substitutivo em elaboração.

Na quinta-feira, o grupo da Comissão de Sistematização discutirá o trabalho com todas as lideranças partidárias no Congresso e, no domingo, estará vencida nova etapa do trabalho constitucional, com o segundo projeto pronto. A partir daí, será discutido o substitutivo emendado na Comissão de Sistematização, para depois ser votado no plenário da Constituinte.

Ontem, os relatores prosseguiram o trabalho de redação e trataram mais profundamente da organização e competência da União, dos estados e dos municípios. Hoje as emendas populares começarão a ser apreciadas e, segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, um dos relatores-adjuntos, serão analisadas à parte do trabalho parlamentar.

Os ministros militares, em diversas oportunidades, têm destacado o diálogo mantido com o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (foto) e elogiado seu trabalho. Por isso, fizeram questão de comparecer à homenagem prestada ao deputado na sexta-feira à noite pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, no bairro da Liberdade. E ficaram em São Paulo até sábado, para participar de almoço na residência do reitor da FMU, Edevaldo Alves da Silva, no Morumbi.

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, não pôde comparecer à homenagem — participou da reunião de sua turma, ao lado do ex-chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Luiz Leal Ferreira. Mas destacou a confiança que tem no trabalho de Bernardo Cabral.

A solenidade na FMU e ao almoço no Morumbi, estiveram presentes os ministros do Exército, general Leônidas Pires Gon-



Conchavos, debates e diálogo. É a semana decisiva.

Algumas definições

O substitutivo propõe o regime parlamentarista, aprovado nas fases anteriores da Constituinte, mas ainda não há uma redação precisa. Em relação ao conceito de empresa nacional, o problema foi resolvido: serão caracterizados dois tipos, o primeiro puramente nacional, e o outro de empresa brasileira de capital estrangeiro. Os relatores entenderam que a separação era cabível para adequar as empresas de capital estrangeiro à legislação brasileira, impedindo tributação externa.

Em relação à reserva de mercado, será proposta apenas uma proteção temporária. Quanto à reforma agrária, as definições são as seguintes: haverá imissão de posse imediata, mas caberá recurso por parte do desapropriado. A indenização será mediante títulos da dívida agrária, salvo exceções como a comprovação da existência de benefícios na propriedade e quando a Justiça considerar o ato governamental errado.

Em relação às comunicações, as concessões continuarão partindo do Executivo, mas o Legislativo terá poder de veto. Uma vez outorgada, a concessão não poderá ser



Fernando Henrique: ajudando Cabral.

cassada, salvo por decisão judicial. Um conselho será formado através de indicações do Legislativo e do Executivo, mas sua competência ainda não está clara.

Segundo o deputado José Serra (PMDB-SP) — que participou dos trabalhos de ontem e de sábado — o substitutivo dará aos municípios prazo de cinco anos para assumirem a responsabilidade integral pela assistência médica primária e pela educação de primeiro grau, com a assistência técnica e financeira dos estados e da União.

A transferência de encargos para estados e municípios seria uma das maneiras de evitar um provável aumento de impostos, reclamado pelo governo. Mas Serra acredita que a solução definitiva do problema dependerá de uma "discussão de alto nível" com a União, até a votação da nova Constituição.

Sessão fraca

Não mais que 15 parlamentares passaram pelo plenário na fraca sessão realizada ontem na Constituinte. Cinco dos seis oradores que compareceram defenderam um plebiscito para decidir temas polêmicos.

Os elogios militares a Cabral

Galves, e da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima. Henrique Sabóia mandou um representante, o chefe de seu gabinete, almirante José do Cabo Teixeira de Carvalho.

Sem desconfiança

O fato de Bernardo Cabral ter sido assado (e posteriormente anistiado) pelo regime de 64 não representa motivo de desconfiança para os militares. Ao contrário, como disse o ministro Moreira Lima, a confiança depositada no relator da Comissão de Sistematização é a mais tranqüila possível. Tanto Moreira Lima, quanto Leônidas Pires Gonçalves e Henrique Sabóia já afirmaram que se depender de Cabral a Carta Magna a ser elaborada pela Constituinte será um documento voltado para os grandes princípios e anseios da sociedade brasileira, que servirá para hoje e para o futuro.

Se da parte dos ministros militares há grande receptividade ao relator, Bernardo Cabral também não deixa dúvida de que não alimenta qualquer tipo de ressentimento por ter sido punido pelo antigo regime.

Não há também nenhum fisiologismo

dos ministros militares em relação a Bernardo Cabral. O relacionamento entre o relator e os ministros da área militar está consolidado por uma identificação fundamental: a expectativa de que a Constituição seja um documento para a maioria dos brasileiros e que seja aprovada este ano.

Um assessor militar de Brasília ressaltou que a notícia de que Bernardo Cabral é um dos principais interlocutores dos ministros militares pode ter causado surpresa, mas corresponde plenamente à realidade. O oficial lembrou que a imprensa imaginava que o senador José Richa fosse o grande e único interlocutor do ministro do Exército e uma espécie de porta-voz dos militares, o que não passou de um equívoco.

Quando o relacionamento entre o general Leônidas Pires Gonçalves e Bernardo Cabral se tornou mais próximo ainda estava em vigor a Constituição de 46, e o País ainda teria de esperar mais de 20 anos para ter uma Constituição. Foi no começo da década de 60, e o general, no meio de sua carreira militar, se quer imaginava que haveria um movimento revolucionário e muito menos que seria ministro do Exército.

O destino deste País!

Rafael Jordão M. Vecchiatti (empresário)

Neste momento, quando as discussões ideológicas se acentuam no País, raramente se ouve dos congressistas que se autodenominam democratas e defensores da liberdade, ou mesmo das entidades representativas do setor privado, alguma manifestação clara e objetiva destinada a lembrar a todos, o porquê da defesa da livre iniciativa e da doutrina do liberalismo!

Foi numa conversa com meu pai, sobre a participação popular na formulação da Constituição que avaliamos a necessidade de se divulgar amplamente, para uma eficaz compreensão, a resposta a esta rara, porém fundamental questão: Por que defender o liberalismo e a livre iniciativa?

Esse incansável metalurgista, nos seus 75 anos de exemplar fé e dedicação ao trabalho, ao alinhar

o seu ponto de vista, questionava perplexo como todos nós (do País Real), o destino do Brasil, diante do festival de asneiras emanadas pelos constituintes; ante a passividade e o despreparo da maioria dos chamados "líderes" empresariais; e ante a absurda irresponsabilidade e a contínua imoralidade reinantes no setor público brasileiro!

Por que defender o liberalismo e a livre iniciativa?

Porque se estará defendendo a liberdade do indivíduo na sociedade. E ao se defender a liberdade do indivíduo, se estará defendendo uma das leis básicas da natureza humana que é o livre arbítrio.

E o livre arbítrio é a faculdade do ser humano de guiar-se por si, ser autêntico, espontâneo, comandar seus próprios atos, seguir sua vontade den-

tro das suas aptidões e limitações.

E o liberalismo defende esses valores: a maior liberdade de ação possível do indivíduo, e a menor interferência do Estado na vida da sociedade!

Porque o indivíduo sendo livre toda sociedade será livre. E a sociedade sendo livre, agindo espontaneamente, nos leva à evolução e ao progresso da comunidade.

E uma comunidade de indivíduos livres, exercitando-se competitivamente, sem favores e apadrinhamentos, certamente elevará o nível material e intelectual de toda a sociedade.

Quando aplicada ao trabalho leva a maior produtividade, com menores esforços. A maior produtividade, em uma sociedade livre, conduz a menores preços dos produtos e a maiores salários.

Menores preços e maiores salários levam a sociedade em geral, e ao indivíduo em particular, a uma elevação do padrão de vida.

Defender a livre iniciativa não é simplesmente ser contra a estatização. É ser a favor de um regime que permita, naturalmente, a evolução das comunidades.

O Estado quando cresce desmesuradamente, como no Brasil; quando foge às suas atribuições essenciais que são somente a manutenção da justiça e da ordem pública, e o provimento de infra-estruturas básicas às necessidades comuns da sociedade; quando o Estado deixa de ser o juiz e passa a ser parte integrante, interessada em atos econômicos, acaba certamente por concorrer, deturpar e prejudicar a todos, pois atrai e propicia, pela sua natureza,

pretensamente imparcial, a cobiça, os desmandos e os favorecimentos.

E mais: defender a livre iniciativa e o liberalismo é ser contra a usurpação do Estado, que com seus impostos cada vez mais absurdos, sugados e empobrecendo a sociedade, só beneficiam os donos do poder e de seus apadrinhados.

Defender a livre iniciativa, na Constituinte, não é defender a classe empresarial. É defender a liberdade dos cidadãos. É defender a possibilidade de que, com trabalho, cada um construa a sua prosperidade, e não a dos políticos e burocratas parasitários, como tem ocorrido há muitos anos neste País.

Defender a liberdade, é, pois, termos a chance de construirmos a prosperidade e desta forma, construirmos verdadeiramente o Brasil dos brasileiros!